

Centro Social Paroquial de
Santo Isidoro

**CÓDIGO DE BOA CONDUTA PARA A
PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO
NO TRABALHO**

Aprovado em reunião de Direção em 24/junho/2026



Índice

ENQUADRAMENTO.....	3
CAPÍTULO I - ÂMBITO DE APLICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS	4
ART. 1º - DESTINATÁRIOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO	4
ART. 2º - FINS ESTATUTÁRIOS.....	4
ART. 3º - CONDUTAS EXPECTÁVEIS DOS TRABALHADORES, ESTAGIÁRIOS, VOLUNTÁRIOS, COLABORADORES, MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E OUTROS TERCEIROS.....	5
ART. 4º - PRINCÍPIOS GERAIS QUANTO À DISCRIMINAÇÃO E ASSÉDIO NO TRABALHO	7
ART. 5º - COMPORTAMENTOS ILÍCITOS	7
CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO	8
ART. 6.º INFRACÇÕES.....	8
ART. 7º - REGIME DE PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE E TESTEMUNHAS.....	8
ART. 8º - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO	9
ART. 9º- FORMALIZAÇÃO DE DENÚNCIAS	9
CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES FINAIS	9
ART. 10º - VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO.....	9



ENQUADRAMENTO

O Centro Social Paroquial de Santo Isidoro, (C.S.P.S.I.) constituído em 04 de abril de 1996, data da festa do Padroeiro da Paróquia, tem personalidade jurídica de ereção canónica atribuída pela Chancelaria Patriarcal de Lisboa desde 25 de setembro de 1996, após a aprovação dos seus Estatutos.

Em 18-11-1999 foi efetuado o registo definitivo no Livro 05 das Fundações de Solidariedade Social, da Segurança Social de Lisboa, com o número 1/99, como Instituição Particular de Solidariedade Social.

O C.S.P.S.I. rege-se, no âmbito da sua atuação, por disposições estatutárias, regulamentos, diplomas legais e diretrizes emanadas de organismos oficiais com os quais estabelece acordos, desenvolvendo a sua atividade nas seguintes áreas de idosos: Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Assumimos uma postura de tolerância zero ao assédio nas suas mais diversas formas e apostamos diariamente na promoção de uma cultura de responsabilidade e de excelência, na certeza de que valorizaremos todos os que se adequem aos nossos princípios e valores essenciais e os que se desviem destes princípios e dos seus deveres decorrentes do Código do Trabalho serão responsabilizados disciplinarmente.

O presente Código de Conduta tem também como intuito prevenir e combater a prática de assédio no trabalho e pretende, nos termos da Lei n.º 73/2017, 16 de agosto, servir de referência aos seus destinatários no sentido garantir a salvaguarda da integridade moral dos trabalhadores e outros colaboradores, assegurando, designadamente, o direito das condições de trabalho que respeitem a dignidade individual de cada um/a. Considera-se assédio sexual comportamento indesejado de carácter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com objetivo ou efeito referido.

Por ser nosso objetivo manter e fazer perdurar os princípios e valores pelos quais sempre nos pautamos, exigimos dos nossos parceiros e colaboradores o respeito por estes, sobre o princípio da transparência, confiança, qualidade, isenção e trabalho conjunto para o bem comum.

A Instituição Centro Social Paroquial de Santo Isidoro compromete-se a defender os valores da não discriminação e do combate ao assédio no local de trabalho. Considera-se assédio todo o comportamento indesejado, sob a forma verbal, não verbal ou física, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou efeito de perturbar ou constranger uma pessoa, de afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.



CAPÍTULO I - ÂMBITO DE APLICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

ART. 1º - DESTINATÁRIOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. Este Código de Conduta destina-se a todos os membros dos Órgãos Sociais, clientes e utentes do C.S.P.S.I., suas famílias, trabalhadores/colaboradores da Instituição, independentemente do regime de contratação, e voluntários. Em particular, todos os trabalhadores do C.S.P.S.I. devem sentir-se protegidos contra qualquer tipo de assédio praticado sob qualquer forma, incluindo por meios eletrónicos ou outro tipo de comunicação, que possa afetá-los no seu local de trabalho ou em qualquer local em que exerçam funções.
2. Este Código não tem como objetivo sobrepor-se aos princípios, deveres e obrigações que resultam do Código do Trabalho, dos Códigos Deontológicos dos trabalhadores abrangidos por Ordens e Associações profissionais, do Estatuto das IPSS, do Código dos Contratos Públicos, ou outras regras legais ou regulamentares aplicáveis aos nossos trabalhadores, estagiários, voluntários e outros colaboradores, membros dos órgãos estatutários e terceiros. Deve este Código ser entendido como complementar a essas normas e a sua aplicação por todos os que connosco trabalham para os mesmos fins e define a nossa identidade enquanto instituição.

ART. 2º - FINS ESTATUTÁRIOS

1. O Centro Social Paroquial de Santo Isidoro, constituído em 04 de abril de 1996, tem personalidade jurídica de ereção canónica atribuída pela Chancelaria Patriarcal de Lisboa desde 25 de setembro de 1996, após a aprovação dos seus Estatutos, e tem a natureza de Instituição Particular de Solidariedade Social.
2. O Centro Social Paroquial de Santo Isidoro, é norteado pelos princípios gerais do art.º 13.º do seu Estatuto, com referência aos normativos do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente o art.º 1.º -A, do anexo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro.
3. Os fins e objetivos referidos no artigo anterior concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios já em funcionamento:
 - 3.1 Apoio às pessoas idosas, através de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, ou outras;
 - 3.2 Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
 - 3.3 Apoio à família.



**ART. 3º - CONDUTAS EXPECTÁVEIS DOS TRABALHADORES, ESTAGIÁRIOS, VOLUNTÁRIOS,
COLABORADORES, MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E OUTROS TERCEIROS**

1. É expectável dos trabalhadores, estagiários, voluntários, colaboradores, Membros das áreas sociais e outros terceiros das seguintes condutas:
 - a) Que cumpram com todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, conscientes que a sua violação implica responsabilidade disciplinar;
 - b) Que trabalhem com profissionalismo, eficiência, zelo e responsabilidade, que cumpram com as funções que integram o seu conteúdo funcional, disponibilizando-se para desempenhar todas as funções que sejam afins ou diretamente relacionadas com estas para os quais tenham competência, sempre que tal se revele necessário ao bom funcionamento e a prossecução dos objetivos da instituição;
 - c) Que respeitem e tratem com urbanidade e probidade todos os dirigentes - independente pendentemente do órgão social a que pertençam, os superiores hierárquicos e todos os demais colegas e colaboradores, trabalhando num espírito de colaboração e cooperação mútua, de modo a criarem e manterem boas condições de trabalho e um bom clima organizacional;
 - d) Que cumpram, respeitem e façam cumprir todas as regras de segurança e saúde no trabalho definidas pela Instituição, cooperando para a melhoria do serviço e apresentando sugestões de melhoria contínua nos seus setores;
 - e) Que estejam disponíveis para aperfeiçoar e atualizar continuamente os seus conhecimentos, aptidões e competências, que sugiram ativamente ações de formação que se possam revelar relevantes para as suas funções e trabalho de uma forma mais eficaz e eficiente, sugerindo boas práticas aplicáveis às suas funções e dos demais colegas;
 - f) Que garantam o sigilo, a confidencialidade, a reserva e máxima discrição sobre todas as informações a que tenham acesso, no exercício das suas funções, relativamente aos trabalhadores, estagiários, voluntários, outros colaboradores, terceiros e membros dos órgãos estatutários, utentes e seus familiares, não podendo usar tais informações sem prévia autorização dos próprios ou abrigo de uma imposição legal;
 - g) Que adotem um comportamento que dignifique o Centro Social Paroquial de Santo Isidoro durante o horário de trabalho e nas nossas instalações e mesmo fora destas;
 - h) Que respeitem e honrem o bom nome da Instituição, podendo ser sancionados disciplinarmente pelo uso indevido e desrespeitoso do nome da Instituição, dos membros dos órgãos sociais e todos os colaboradores, ou que difundam informações erradas e caluniosas que afete a entidade ou os seus membros e comunidade;
 - i) Conflito de interesses - todos os trabalhadores, estagiários e voluntários, colaboradores, membros dos órgãos sociais e outros terceiros estão expressamente proibidos participar em qualquer ato, contrato ou decisão suscetível de originar um conflito de interesses - qualquer situação em que se possa com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da conduta ou decisão;

É suscetível de originar um conflito de interesses, a intervenção em qualquer situação em que:

- Tenha interesse, por si, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa, ou sendo beneficiário efetivo da mesma;
- Quando, por si ou representante de outra pessoa, nela tenha interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau de linha colateral, bem como qualquer



- pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenha uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
- Quando, por si ou como representante de outra pessoa, nela tenha interesse pessoal;
 - Quando tenha intervindo como perito ou mandatário ou haja dado parecer sobre a questão a resolver;
 - Quando tenha intervindo no processo, como perito ou mandatário, o seu cônjuge, ou pessoa com quem viva em condições análogas ao dos cônjuges, parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau de linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenha uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
 - Quando contra ele, seu cônjuge ou parente em linha reta esteja intentada ação judicial proposta pelo interessado ou pelo respetivo cônjuge;
 - Quando se trata de recurso de decisão proferida por si, com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.
- j) Quando tenha sido nomeado ou encarregue de participar num concurso público, intervir na seleção de um fornecedor, trabalhador ou outro terceiro trabalhador ou membro de órgão social terá de entregar uma declaração de inexistência de conflito de interesses e/ou impedimento para que possa prosseguir com a sua intervenção sem pôr em causa a validade do ato, cessando tal intervenção quando o conflito de interesses venha a verificar posteriormente;
- k) Adoção de uma conduta de parcimónia, proteção e utilização apropriada dos bens e instrumentos de trabalho – os nossos trabalhadores devem zelar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o trabalho que lhes forem confiados pela instituição, cuidando deles como se fossem seus e utilizando de forma eficiente, sendo-lhe absolutamente dada a qualquer utilização pessoal dos bens instrumentos de trabalho;
- l) Preservação do bom nome, símbolos imagem da Instituição - é vedado aos trabalhadores, a utilização do nome, imagem institucional, equipamentos de trabalho e outros símbolos ou bens que os relacionem com a instituição fora do período e do local de trabalho. Todos estes bens devem ser devolvidos quando cessar o contrato de trabalho, não podendo continuar a ser utilizados por ex-trabalhadores em seu benefício próprio;
- m) Lealdade - os nossos trabalhadores devem guardar lealdade à Instituição, aos seus princípios e interesses, devendo abster-se de praticar quaisquer atos ou omissões suscetíveis de prejudicar o bom nome ou a persecução dos fins estatutários da Instituição;
- n) Assiduidade e Pontualidade - os trabalhadores devem comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade, sendo a violação deste dever punida em sede de responsabilidade disciplinar;
- o) Ofertas, favores, benefícios e outras regalias - os nossos trabalhadores estão expressamente proibidos de solicitar e aceitar qualquer pagamento, oferta, favor ou outro benefício, para si ou para interposta pessoa, pelo exercício das suas funções na Instituição. Estão apenas excecionadas as ofertas de diminuto valor e que representem um ato de mera cortesia, um costume local ou prática social que não possa ser considerada nem interpretada como passível de criar expectativas de favorecimento ou tratamento preferencial;
- p) Corrupção e Infrações conexas - é interdita qualquer prática de corrupção ou de infrações conexas aos trabalhadores, estagiários, voluntários, outros colaboradores e terceiros, bem como os aos membros de órgãos sociais;
- q) Assédio no trabalho - a nossa Instituição tem uma posição de tolerância zero para com qualquer prática de assédio, sendo expressamente proibida a prática de assédio em qualquer das suas modalidades, moral ou sexual.



2. Sempre que se verifique qualquer situação de conflito de interesses o trabalhador deve, de imediato, pedir o seu afastamento invocando escusa ou suspeição.
3. Os trabalhadores que no âmbito da sua atividade profissional, identifiquem práticas, suscetíveis de consubstanciarem um ato de corrupção ou infrações conexas, devem denunciar tal ato através do canal denúncia interna.

ART. 4º - PRINCÍPIOS GERAIS QUANTO À DISCRIMINAÇÃO E ASSÉDIO NO TRABALHO

1. No exercício das suas atividades, funções e competências, os destinatários devem sempre atuar tendo em vista a prossecução dos interesses do Centro Social Paroquial de Santo Isidoro, no respeito pelos princípios da não discriminação e do combate ao assédio no trabalho.
2. Os destinatários não podem adotar comportamentos discriminatórios em relação a outros destinatários ou a terceiros, com base em quaisquer categorias suspeitas, designadamente a raça ou etnia, o sexo, orientação sexual, a idade, incapacidade ou deficiência física ou psíquica, opinião política, ideologia, religião, crença e filiação sindical.

ART. 5º - COMPORTAMENTOS ILÍCITOS

1. Estão expressamente vedados os seguintes comportamentos, em si mesmos suscetíveis de configurarem a prática de assédio moral:

Desvalorizar e desqualificar sistematicamente o trabalho de colegas ou subordinados;

Promover o isolamento social;

Ridicularizar, de forma direta ou indireta, uma característica pessoal;

Fazer recorrentes ameaças de despedimento;

Estabelecer sistematicamente objetivos impossíveis de atingir ou prazos impossíveis de cumprir;

Atribuir sistematicamente funções estranhas ou desadequadas à respetiva categoria profissional;

Não atribuir quaisquer funções profissionais, violando o direito à ocupação efetiva do posto de trabalho;

Apropriar-se sistematicamente ideias, propostas, projetos e trabalhos de colegas ou de subordinados, sem identificação do autor das mesmas;

Desprezar, ignorar ou humilhar colegas ou trabalhadores/as, forçando o seu isolamento perante outros colegas e superiores hierárquicos;

Sonegar sistematicamente informações necessárias ao desempenho das funções de outros colegas ou de subordinados ou relativas ao funcionamento do C.S.P.S.I, sendo, no entanto, o conteúdo dessas informações facultadas aos demais;

Divulgar sistematicamente por qualquer meio, rumores e comentários maliciosos ou críticas reiteradas;

Dar sistematicamente instruções de trabalho confusas e imprecisas;

Pedir sistematicamente trabalhos urgentes, sem que essa urgência seja necessária;

Fazer sistematicamente críticas em público a colegas de trabalho, a subordinados ou a outros superiores hierárquicos;

Insinuar sistematicamente que o/a trabalhador(a) ou colega de trabalho tem problemas mentais ou familiares;

Fazer brincadeiras frequentes com conteúdo ofensivo referente ao sexo, raça, orientação sexual, opção política, ideológica ou religiosa, deficiências físicas, problemas de saúde etc., de outros colegas ou subordinados/as;

Transferir o/a trabalhador(a) do setor ou de local de trabalho com a clara intenção de promover o seu isolamento;

Falar constantemente aos gritos ou de forma intimidatória;



Marcar o número de vezes e contar tempo que o trabalhador demora na casa de banho;
Criar sistematicamente situações objetivas de stress que provoca no(s) destinatário(s) da conduta o seu descontrolo, designadamente alterações ou transferências sistemáticas de local de trabalho.

2. Estão expressamente vedados os seguintes comportamentos de, em si mesmo suscetíveis de configurarem a prática de assédio sexual:

Repetir sistematicamente observações sugestivas, piadas ou comentários sobre a aparência ou condição sexual;

Enviar reiteradamente desenhos animados, desenhos, fotografias ou imagens indesejados e de teor sexual;

Realizar telefonemas, enviar cartas, sms, e-mails ou fazer publicações nas redes sociais e indesejadas, de carácter sexual;

Promover o contato físico intencional e não solicitado excessivo ou provocar abordagens físicas desnecessárias;

Enviar convites persistentes para a participação em programas sociais ou lúdicos, quando a pessoa visada deixou claro que o convite é indesejado;

Apresentar convites e pedidos de favores sexuais associados a promessa de obtenção de emprego ou melhoria das condições de trabalho, de estabilidade no emprego ou na carreira profissional, podendo esta relação ser expressa e direta ou meramente insinuada.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO

ART. 6.º INFRACÇÕES

1. Sempre que o C.S.P.S.I. tome conhecimento da violação das disposições constantes do presente Código de Conduta, e no caso de o/a infrator(a) ser trabalhador sujeito ao poder disciplinar da Instituição, será instaurado processo disciplinar, a iniciar-se nos 60 dias subsequentes àquele em que o empregador ou o superior hierárquico com competência disciplinar tomem conhecimento da infração, nos termos do número 2 do artigo 329.º do Código do Trabalho.
2. A instauração de procedimento disciplinar não prejudica a responsabilidade civil, contraordenacional ou criminal a que haja lugar relativamente a quaisquer destinatários(as) do presente Código de Conduta que cometam infrações que há aquelas que correspondam.
3. Os/As destinatários do presente Código de Conduta têm o dever de denunciar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento, prestando a devida colaboração em eventuais processos disciplinares ou de investigação contraordenacional ou criminal pelas entidades competentes.

ART. 7º - REGIME DE PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE E TESTEMUNHAS

1. Será garantido um regime específico de proteção para o denunciante e as testemunhas em procedimentos relacionados com situações de assédio.
2. Salvo quando atuem com dolo, é garantida a proteção especial aos denunciante e testemunhas em processos judiciais ou contraordenacionais desencadeados por assédio, não podendo os mesmos ser sancionados disciplinarmente até trânsito em julgado da respetiva decisão.



3. Nos termos do Código do trabalho, presume-se abusivo o despedimento ou outra sanção aplicada para punir uma infração, se esta tiver lugar até um ano após a denúncia ou após outra forma de reivindicação ou exercício de direitos relativos a igualdade, não discriminação e assédio.
4. Os destinatários que denunciem infrações ao presente código, de que tenham tido conhecimento no exercício das suas funções ou por causa destas não podem, sob qualquer forma, ser prejudicados, sendo-lhes assegurado o anonimato até à dedução de acusação.

ART. 8º - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO

1. O Centro Social Paroquial Santo Isidoro é responsável pela reparação dos danos emergentes de doenças profissionais resultantes da prática de assédio, cujos termos serão fixados pelo Governo em regulamentação própria.
2. A prática de assédio pelo empregador ou por algum representante do mesmo, denunciada à Autoridade para as Condições no Trabalho, figurará entre os exemplos de justa causa de resolução do contrato de trabalho por parte do(a) trabalhador(a).
3. Quando esteja em causa a prática de assédio, fica vedada a dispensa da sanção acessória de publicidade da decisão condenatória.

ART. 9º- FORMALIZAÇÃO DE DENÚNCIAS

Nos termos de regulamentação própria, serão disponibilizados e divulgados pela Autoridade para as Condições do Trabalho os endereços eletrónicos próprios para receção de denúncias de assédio em contexto laboral.

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 10º - VIGÊNCIA E DIVULGAÇÃO

1. O presente Código de Conduta entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela direção do Centro Social Paroquial e respetiva divulgação a todos os demais destinatários (as).
2. O presente Código de Conduta será ainda disponibilizado no sítio da internet da nossa instituição, bem como afixado nos locais habituais.
3. Será dada aos trabalhadores uma ação de formação, sensibilização, sobre o conteúdo do presente Código, o qual passará a partir desse momento a ser vinculativo com a consequência disciplinar e criminal para qualquer ato ou comportamento que viole estas normas.

Aprovado em reunião de Direção no dia 24 de junho de 2026,

Assinatura da Direção

Presidente: _____

Vice-Presidente _____

Secretária _____

Tesoureira _____

Vogal _____



Vogal _____

Vogal _____